

A Oposição em vigília cívica

COM a retirada da emenda Figueiredo, as oposições, nelas incluída hoje a Frente Liberal do PDS, mantêm-se em consulta permanente, senão em reunião, como acontece com os Governadores do PMDB, aos quais o Sr Ulysses Guimarães convidou a permanecer em Brasília para uma avaliação da situação e para uma tomada de decisão. Para hoje está programada uma reunião formal da Executiva Nacional do principal partido oposicionista com a presença dos Governadores de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Goiás, Mato Grosso do Sul e Pará. O Sr Tancredo Neves viajou para Montes Claros, onde foi receber os Governadores do Nordeste, seus convidados, mas estará de volta hoje na primeira hora.

A constante troca de informações e de impressões mostra que a Oposição ainda não tem uma avaliação definitiva do episódio. A tendência, no entanto, é considerar que a retirada da emenda não se esgota em si mesma, sendo o ato preliminar de uma operação política de maior envergadura que deverá efetivar-se nos próximos dias. Por isso mesmo a Oposição quer manter-se unida e vigilante e adotar nos Estados sob seu controle medidas de segurança que obstem manifestações que possam justificar reações de força.

A nota oficial do Presidente Figueiredo, explicando sua decepção com a tentativa da Oposição de montar na sua emenda, de fundo conciliatório, numa antecipação da eleição direta, já rejeitada por ocasião da votação da emenda Dante de Oliveira, não desfaz as preocupações dos dirigentes do PMDB. Eles tinham de altas autoridades da República a advertência de que a retirada da emenda poderia representar, por suas repercussões, o reingresso do dispositivo militar no centro dos acontecimentos e a tentativa do sistema de manter-se no poder, por intermédio de candidaturas ortodoxas, afastadas as atuais que disputam nos quadros do PDS.

Entre os analistas da Oposição, levantava-se até mesmo a hipótese de que a retirada da emenda sincroniza-se com uma estratégia que progrediria dentro do Governo visando à recuperação da aliança dos militares com os grupos dirigentes quebrada desde que a inflação e a recessão tornaram inviável o entendimento da tecnocracia com o empresariado. Segundo essa linha de raciocínio, o Governo estaria preparando a suspensão das suas negociações com o FMI para acompanhar a Argentina numa operação de desestabilização do sistema financeiro. Indícios de que se prepararia algo semelhante estariam na participação do Brasil na reunião de Cartagena e na minuciosa política da Petrobrás de fechar contratos de abastecimento supletivo de combustíveis com países não incluídos na faixa de domínio dos bancos americanos e europeus.

Esse tipo de demonstração mostra pelo menos o grau de excitação em que a decisão do Governo deixou a Oposição. De certo modo o Governo acusa o PMDB por acidente do qual o principal responsável é seu próprio partido. Sem o *racha* no PDS não haveria a hipótese da desmontagem da "barreira intransponível" que o Governo imaginava ter no Senado. O PDS não foge a essa responsabilidade mas seus ex-Presidentes advertem que alertaram o Ministro Leitão de Abreu para o erro técnico de suprimir o Colégio Eleitoral no corpo da Constituição para tentar reconstruí-lo numa disposição transitória que dificilmente seria vitoriosa, pois necessitaria de dois terços de votos para efetivar-se.

Quanto à sucessão, o Palácio do Planalto não trata do assunto, mas a Oposição entende que, assentada a poeira, a partir da próxima semana, poderão ser convocados os órgãos de deliberação do partido para decidir da participação, ou não, no Colégio Eleitoral. Os moderados, como os governadores que permanecem em Brasília, entendem que a composição com o PDS dissidente em torno da candidatura Tancredo Neves tornou-se inevitável. Esse não é todavia o pensamento da Frente Liberal, a qual, embora desejosa de compor-se com a Oposição, deseja negociar todo o pacto político, não só quanto a programas como quanto a candidaturas.

Entendem os dissidentes que, para eleição presidencial, a filiação partidária não prevalece. Qualquer um deles pode desvincular-se do seu partido e candidatar-se por outra legenda — o PMDB, o PDT ou o PTB —, baseando-se para tanto no dispositivo que permite registro de candidatos a Presidente e Vice-Presidente independentemente de filiação a partido. Essa se consumaria até 15 dias depois da convenção que lançar o candidato. Tal colocação complica um pouco a situação para o Sr Tancredo Neves, o qual deve atender à preliminar de unir a Oposição e, para tanto, consolidar sua posição com um candidato a Vice que atenda a outras correntes partidárias.

Mas o estado de espírito que dominar a partir de hoje dirá da viabilidade ou não de qualquer acordo que reúna as correntes hostis aos atuais candidatos do partido oficial e prevenidas contra a estratégia política do Palácio do Planalto.

Examinavam-se ainda ontem hipóteses de envio pelo Presidente de nova emenda prevenindo somente a eleição direta para 1988. Como isso não seria de urgência, ainda que haja tal intenção, não é provável que qualquer mensagem seja enviada agora a um Congresso varrido pela emoção e batido por temores de todos os tipos. O episódio da reforma constitucional como proposta de negociação frustrou-se e o Ministro Leitão de Abreu já não tem à vista outra missão que não seja ritualizar a sucessão nos termos da legislação em vigor.

CARLOS CASTELLO BRANCO